

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações
Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2021 e 2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2021**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
1. A POTIGUAR SUL.....	3
1.1. Estrutura Societária.....	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	3
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO.....	4
3.1. Linhas de transmissão em operação	4
3.2. Subestações em operação	4
4. RECEITA ANUAL PERMITIDA	4
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	4
5.1. Resultado Econômico Financeiro	5

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2021, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A POTIGUAR SUL

A **Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações, subsidiária integral da “NC Energia S.A.”, empresa comercializadora controlada pelo Grupo Neoenergia. A Companhia tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter empreendimentos na área de transmissão de energia elétrica. Foi especificamente constituída para desenvolver o projeto da Linha de Transmissão em 500 kV Campina Grande III/Ceará-Mirim II-Circuito 2, na Paraíba e Ceará-Mirim II, no Rio Grande do Norte, totalizando aproximadamente 196 km de linha e passando por 25 municípios.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

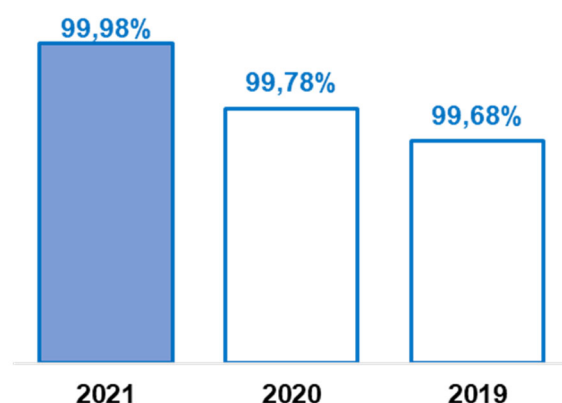


2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia foi criada após a Neoenergia lograr-se vencedora do Lote G do leilão de transmissão da ANEEL 001/2013. O Projeto consiste na construção, operação e manutenção do circuito 2 da Linha de Transmissão de 500kV com conexão nas subestações Campina Grande III, na Paraíba e Ceará-Mirim II, no Rio Grande do Norte, totalizando aproximadamente 196 km de linha e passando por 25 municípios.

Sua finalidade é escoar a geração eólica proveniente do leilão de energia de reserva de fonte alternativa de 2011, localizados no Rio Grande do Norte. Este empreendimento entrou em operação comercial em 07 de novembro de 2016 e contou com investimentos de R\$ 250 milhões.

Em 2021, a taxa de disponibilidade da Potiguar Sul foi de 99,98% (99,78% em 2020 e 99,68% em 2019). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos três anos, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Ceará Mirim II/Campina Grande III C-2	2	500	190,123	-	07/11/2016	01/08/2043

Linhas de Transmissão em Operação - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Ceará Mirim II/Campina Grande III C-2	1	23.377,05	23.377,05	2024	Julho	IPCA

3.2. Subestações em operação

Subestação em Operação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Ceará Mirim II	-	500,00	0,00	0	07/11/2016	01/08/2043
Campina Grande III	-	500,00	0,00	0	07/11/2016	01/08/2043

Subestação em Operação - Características Financeiras						
Subestação	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Ceará Mirim II	100%	1.290,76	1.290,76	2024	Julho	IPCA
Campina Grande III	100%	1.290,76	1.290,76	2024	Julho	IPCA

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$28.576 mil (R\$26.466 mil para o ciclo 2020/2021), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	
			R\$	%
Receita Bruta	28.866	26.184	2.682	10%
Deduções da Receita Bruta	(1.054)	(956)	(98)	10%
Custo Não Gerenciável	(384)	(350)	(34)	10%
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	27.428	24.878	2.550	10%
Custo Gerenciável	(5.030)	(6.089)	1.059	-17%
Amortização / Depreciação	(6.200)	(6.320)	120	-2%
Resultado da Atividade	16.198	12.469	3.729	30%
EBITDA	22.398	18.789	3.609	19%
Resultado Financeiro	(1.868)	(2.189)	321	-15%
Lucro Antes dos Impostos	14.330	10.280	4.050	39%
IR e CSLL	(1.114)	(969)	(145)	15%
Lucro do Período	13.216	9.311	3.905	42%

A Receita Bruta da Companhia em 2021 apresentou aumento de R\$ 2.682 mil (variação positiva de 10%) em comparação ao ano de 2020.

Os custos gerenciáveis registraram uma redução de 17% no ano, quando comparado com 2020. Esta variação é principalmente pelo reflexo da redução de despesas com pessoal e despesa com serviços de terceiros.

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi negativo em 2021 em R\$1.868 mil, sendo R\$731 mil referentes a receitas financeiras e R\$2.599 mil referentes a despesas financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Lucro de R\$13.216 mil e EBITDA positivo de R\$22.398 mil.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Potiguar Sul e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Potiguar Sul.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Potiguar Sul sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A

Rio de Janeiro - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	14
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	15
2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES	15
3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ..	18
4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS.....	19
5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	20
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	21
8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	22
9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	23
10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS	24
11. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	25
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28
14. PESSOAL E ADMINISTRADORES	28
15. RESULTADO FINANCEIRO	29
16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	29
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	31

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.
CNPJ 17.873.542/0001-71
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativos			
Ativo circulante		21.134	12.293
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.705	8.645
Concessionárias e permissionárias	7	3.272	2.968
Tributos compensáveis	8.1	40	85
Despesas pagas antecipadamente		113	93
Outros ativos		4	502
Ativo não circulante		216.242	235.412
Tributos compensáveis	8.1	369	9.677
Depósitos judiciais	11.1	2.192	369
Imobilizado	9	190.288	195.915
Intangível	9	23.393	29.451
Total do ativo		237.376	247.705
Passivo			
Passivo circulante		19.931	26.789
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10	1.710	8.456
Obrigações sociais e trabalhistas		76	68
Tributos	8.2	569	542
Dividendos declarados	12.2	17.380	17.146
Encargos setoriais	8.2	46	32
Outros passivos		150	545
Passivo não circulante		14.053	18.973
Provisão para litígios	12	13.754	18.414
Encargos setoriais	8.2	134	427
Outros passivos		165	132
Total do Passivo		33.984	45.762
Patrimônio líquido	12		
Capital social		107.036	107.036
Reservas de capital		109.456	109.456
Reservas de lucros		73.846	51.205
Prejuízos acumulados		(86.946)	(70.093)
Proposta para distribuição de dividendos		-	4.339
Total do patrimônio líquido	18.6	203.392	201.943
Total do passivo e do patrimônio líquido		237.376	247.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.
CNPJ 17.873.542/0001-71
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		28.866	26.184
Disponibilização do sistema de transmissão	13	28.866	26.184
Tributos	13	(1.054)	(956)
PIS		(188)	(170)
Cofins		(866)	(786)
Encargos - Parcela "A"	13	(384)	(350)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(278)	(249)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(106)	(101)
Receita líquida	13	27.428	24.878
Resultado antes dos custos gerenciáveis		27.428	24.878
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(11.230)	(12.409)
Pessoal e administradores	14	(1.014)	(1.577)
Material		(25)	(203)
Serviços de terceiros		(3.511)	(3.866)
Arrendamento e aluguéis		(2)	(25)
Tributo		(23)	(53)
Provisões líquida - PCLD		(3)	(5)
Provisões líquidas - contingências		(36)	(21)
Depreciação e amortização		(6.200)	(6.320)
Outros gastos operacionais		(414)	(339)
Resultado da Atividade		16.200	12.469
Resultado Financeiro	15	(1.868)	(2.189)
Receitas financeiras		731	548
Despesas financeiras		(2.583)	(2.730)
Outros resultados financeiros, líquidos		(16)	(7)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		14.332	10.280
Despesa com impostos sobre os lucros		(1.114)	(969)
Lucro líquido do exercício		13.218	9.311
Lucro por ação			
Básico e diluído lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,06	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.
CNPJ 17.873.542/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	13.216	9.311
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>13.216</u>	<u>9.311</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.
CNPJ 17.873.542/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros							Proposta de distribuição de dividendos adicionais	
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros (Prejuízos) acumulados		Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	107.036	109.456	4.592	22.190	11.265	5.662	(56.458)	6.085	209.828
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(5.662)	-	(6.085)	(11.747)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.311	-	9.311
Destinação do lucro:									-
Reserva Legal	-	-	1.147	-	-	-	(1.147)	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-	-	12.011	(12.011)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(5.449)	-	(5.449)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(4.339)	4.339	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	107.036	109.456	5.739	22.190	11.265	12.011	(70.093)	4.339	201.943
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	13.218	-	13.216
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(4.339)	(4.339)
Destinação do lucro:									-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	352	-	-	(352)	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-	-	22.289	(22.289)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(7.430)	-	(7.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	107.036	109.456	5.739	22.542	11.265	34.300	(86.946)	-	203.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.
CNPJ 17.873.542/0001-71
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.216	9.311
Ajustado por:	15.240	11.460
Depreciação e amortização	6.200	6.320
Baixa de ativos não circulantes	-	1.982
Tributos sobre o lucro	1.114	969
Resultado financeiro, líquido	1.868	2.189
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis	6.058	-
Variações de ativos e passivos:		
Concessionárias e permissionárias	(299)	(197)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(7.136)	(1.166)
Obrigações sociais e trabalhistas	8	68
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	8.855	(172)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(8.933)	(5.828)
Outros ativos e passivos, líquidos	133	(115)
Caixa líquidos oriundo das operações	21.086	13.361
Rendimento de aplicação financeira recebidos	575	225
Tributos sobre o lucro pagos	(868)	(829)
Caixa oriundo das atividades operacionais	20.793	12.757
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(198)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(198)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos aos acionistas	(11.535)	(11.153)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(11.535)	(11.153)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	9.060	1.604
Caixa e equivalentes no início do exercício	8.645	7.041
Caixa e equivalentes no final do exercício	17.705	8.645
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	374	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. ("Potiguar Sul" ou "Companhia") está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES

Constituída em 13 de agosto de 2013, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Potiguar Sul"), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da NC Energia S.A. e integrante do Grupo Neoenergia que tem por objeto social principal estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica.

Em 10 de maio de 2013, a Companhia venceu o leilão ANEEL 001/2013 adquirindo o direito de construir e instalar duas entradas de linhas nas subestações Campina Grande III e Ceará-Mirim II e o segundo circuito da linha de transmissão em 500 kV que interliga estas subestações. As instalações se localizam nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e a linha possui cerca de 190 km de extensão. O prazo de concessão é de 30 anos e os investimentos realizados foram de R\$ 185.800.

A licença de operação foi emitida pelo IBAMA em 4 de novembro de 2016 e as instalações foram energizadas em 7 de novembro de 2016, passando a ter direito à remuneração a partir desta data.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$28.576 (R\$26.446 para o ciclo 2020/2021), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

2.1. Corona vírus ("Covid-19")

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impactos nas demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

2.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

2.3. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

2.3.1. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

2.3.2. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 11.2).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos.

2.3.3. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. Esse risco é proveniente principalmente de valores a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1		AA
Banco Itaú	A1	AAA	AAA

2.4. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/2021 a 30/05/2022	202.589
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2021 a 30/05/2022	100.000
Veículos - operacional	31/05/2021 a 31/05/2022	700

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, que consolidou em um único ato as Resoluções Normativas nº 396/2010, nº 605/2014 e nº 814/2018. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 18, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de março de 2022, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

7	Perdas de crédito esperadas
11	Provisão para litígios
17	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

3.5. Novas normas e interpretações não vigentes

O Despacho ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, aprovou a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE na dimensão procedimental, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as principais alterações na versão 2022 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, e não espera impactos relevantes nas Demonstrações Regulatórias do exercício seguinte.

4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, do seu fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020, originalmente emitidas em 30 de abril de 2021.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados como retificação de erro.

	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício		9.311	-	9.311
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		11.460	-	11.460
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		(1.155)	(11)	(1.166)
Outros		(6.244)	-	(6.244)
Caixa líquidos oriundo das operações	(a)	13.372	(11)	13.361
Outros		(604)	-	(604)
Caixa oriundo das atividades operacionais		12.768	(11)	12.757
Aquisição de imobilizado e intangível	(a)	(11)	11	-
Utilização de caixa em atividades de investimento		(11)	11	-
Geração de caixa em atividades de financiamento		(11.153)	-	(11.153)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.604	-	1.604

(a) A Administração da Companhia avaliou a apresentação no exercício de 2020 dos investimentos que não envolveram caixa e efetuou a reclassificação para o grupo de atividades operacionais.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2020, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	125	39
Fundos de investimento	17.580	8.606
	17.705	8.645

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2021			2020		
	Recebível	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos	Recebível	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.420	(148)	3.272	3.120	(152)	2.968
	3.420	(148)	3.272	3.120	(152)	2.968

Descrição	Valores Correntes						Total 2021	Total 2020
	Corrente a vencer	Corrente Vencida				Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.266	2	3	13	136	(148)	3.272	2.968
Total	3.266	2	3	13	136	(148)	3.272	2.968

7.1. Políticas contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS**8.1. Tributos compensáveis**

	2021	2020
Tributos compensáveis		
Imposto de renda – IR	27	27
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	8	8
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	-	50
Outros	374	369
	409	454
Circulante	40	85
Não circulante	369	369

8.2. Outros tributos e encargos setoriais

	2021	2020
Outros tributos		
Imposto de Renda - IR	133	134
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	105	80
Programa de integração social – PIS	14	13
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	68	63
Instituto nacional de seguridade nacional – INSS	9	5
Imposto sobre serviço – ISS	181	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	39	234
Outros	19	12
	568	541
Encargos setoriais		
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	134	428
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	20	13
Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica – TFSEE	9	9
Ministério de minas e energia – MME	10	10
Conta de desenvolvimento energético – CDE	8	-
	181	460
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	749	1.001
Circulante	615	574
Não circulante	134	427

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço								
Transmissão	221.003	-	90	221.093	90	(31.342)	189.751	195.860
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.453	-	-	28.453	-	(4.390)	24.063	24.848
Máquinas e equipamentos	192.465	-	90	192.555	90	(26.891)	165.664	170.976
Veículos	85	-	-	85	-	(61)	24	36
Subtotal	221.003	-	90	221.093	90	(31.342)	189.751	195.860
Ativo imobilizado em curso								
Transmissão	44	571	(90)	525	481	-	525	44
Máquinas e equipamentos	44	571	(90)	525	481	-	525	44
Administração	11	1	-	12	1	-	12	11
Máquinas e equipamentos	11	1	-	12	1	-	12	11
Subtotal	55	572	(90)	537	482	-	537	55
Total do ativo imobilizado	221.058	572	-	221.630	572	(31.342)	190.288	195.915

A composição do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço					
Transmissão	21.251	-	21.251	21.251	21.251
Servidões	21.251	-	21.251	21.251	21.251
Subtotal	21.251	-	21.251	21.251	21.251
Ativo intangível em curso					
Transmissão	8.200	(6.058)	2.142	2.142	8.200
Servidões	8.200	(6.058)	2.142	2.142	8.200
Subtotal	8.200	(6.058)	2.142	2.142	8.200
Total do ativo intangível	29.451	(6.058)	23.393	23.393	29.451

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

		2021		2020	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		242.344	(31.342)	211.002	217.111
Custo histórico	4,02%	242.344	(31.342)	211.002	217.111
		242.344	(31.342)	211.002	217.111
Em curso		2.679	-	2.679	8.255
Transmissão		2.667		2.667	8.244
Administração		12		12	11
		245.023	(31.342)	213.681	225.366

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	3,13%
Religadores	4,00%
Administração central	
Equipamento geral	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Máquinas e Equipamentos	407	165	572
Total das Adições	407	165	572

10.FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2021	2020
Materiais e serviços	1.710	8.456
Total	1.710	8.456

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Provisão para processos judiciais cíveis	13.754	18.414
	13.754	18.414
Não circulante	13.754	18.414

11.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	18.414	21.669
Adições e reversões, líquidas	(136)	(1.434)
Pagamentos	(7.073)	(4.524)
Atualizações monetárias	2.549	2.703
Saldo final do exercício	13.754	18.414

b) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2021	2020
Processos cíveis	2.192	9.677
	2.192	9.677

11.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**12.1. Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$30.232, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 30.232.218 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		R\$
	Qtde.	%	
NC Energia S.A.	232.932	100%	107.036
Total	232.932	100%	107.036

12.2. Lucro por ação e remuneração ao acionista**a) Lucro por ação**

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	13.216	9.311
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	232.932	232.932
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,0567	0,0400

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	30.071	22.946
Reserva legal	-	(1.147)
Lucro líquido ajustado	30.071	21.799
Destinação para reserva de lucros a realizar	(352)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	(22.289)	(12.011)
Lucro líquido a distribuir	7.430	21.799
Natureza da remuneração:		
Dividendos mínimos obrigatórios	(7.430)	(5.449)
Dividendos adicionais propostos	-	(4.339)
	(7.430)	(9.788)

Os valores pagos ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Deliberado	Dividendos	Valor por ação
Valores pagos em 2020			
Primeira parcela – Maio	02/04/2020	3.915	0,5500
Segunda parcela – Maio	25/04/2018	7.237	0,1700
Base líquida paga aos acionistas		11.152	0,0479
Valores pagos em 2021			
Primeira parcela - Maio	27/04/2021	5.450	0,0234
Segunda parcela - Outubro	27/04/2020	6.084	0,0261
Base líquida paga aos acionistas		11.534	0,0495

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2020	2019
Saldo em 1º janeiro	17.146	11.102
Dividendos distribuídos ⁽¹⁾	4.338	11.747
Dividendos mínimo obrigatório	7.430	5.449
Pagos no exercício	(11.534)	(11.152)
Saldo em 31 de dezembro	17.380	17.146

(1) Em abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$4.339.

12.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação.

d) Reserva de capital

Refere-se à contribuição feita pelo subscritor da ação que ultrapassa o valor nominal da mesma, desta forma, o valor excedente deve ser considerado como reserva de capital.

e) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

12.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Receita operacional		
Receita de transmissão – Rede Básica ^(a)	28.866	26.184
Deduções à receita		
PIS / COFINS	(1.054)	(956)
Encargos- Parcela “A”		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(278)	(249)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(106)	(101)
	27428	24878

^(a) A receita de transmissão – Rede Básica é relacionada à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 11/2013 – Linha de Transmissão e são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados.

13.1. Política Contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA).

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2021	2020
Remuneração	(584)	(807)
Encargos	(202)	(287)
Previdência privada - Corrente	(36)	(52)
Rescisões	(3)	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(76)	(345)
Outros benefícios - Corrente	(113)	(86)
Total	(1.014)	(1.577)

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	575	225
Atualização de depósitos judiciais	99	288
Outras receitas financeiras	57	35
	731	548
Despesas financeiras		
Atualização de provisões para processos judiciais	(2.549)	(2.703)
IOF	(17)	(15)
Outras despesas financeiras	(17)	(12)
	(2.583)	(2.730)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(16)	(7)
	(16)	(7)
Resultado financeiro, líquido	(1.868)	(2.189)

16.SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos e (ii) contratos de O&M.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2021	2020
Ativo		
Contas a receber e outros	438	390
Compartilhamento de pessoal	-	495
	438	885
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	256	5
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17.380	17.146
Compartilhamento de pessoal	86	279
	17.722	17.430

16.2. Transações com partes relacionadas

	2021			2020		
	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional						
Líquida (a)	2.263	1.552	3.815	1.820	1.483	3.303
Custos dos serviços (b)	(330)	-	(330)	(262)	-	(262)
Despesas gerais e administrativas (c)	(514)	-	(514)	(1.300)	-	(1.300)
	1.419	1.552	2.971	258	1.483	1.741

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (CUST e CTT), com vigência até 2043, corrigidos, anualmente, pela correção do IPCA.

(b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M.

(c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

16.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

		2021		2020	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimo e recebíveis		125	125	495	495
Caixa e equivalentes de caixa		125	125	-	-
Outros ativos financeiros		-	-	495	495
Mensurados pelo custo amortizado		21.000	21.000	3.120	3.120
Caixa e equivalentes de caixa		17.580	17.580	-	-
Concessionárias e permissionárias		3.420	3.420	3.120	3.120
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		17.580	17.580	8.645	8.645
Caixa e equivalentes de caixa	2	17.580	17.580	8.645	8.645
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		2.013	2.013	9.855	9.855
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		1.710	1.710	9.604	9.604
Outros passivos financeiros		303	303	251	251

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

17.2. Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

17.3. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	17.580	1.609	(402)	(804)

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais

		2021			2020		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		21.134	25.993	47.127	12.293	24.459	36.752
Caixa e equivalentes de caixa		17.705	-	17.705	8.645	-	8.645
Concessionárias e permissionárias	18.3	3.272	(24)	3.248	2.968	(32)	2.936
Tributos compensáveis		40	-	40	85	-	85
Concessão do serviço público (ativo contratual)	18.1	-	26.017	26.017	-	24.491	24.491
Despesas pagas antecipadamente		113	-	113	93	-	93
Outros ativos circulantes		4	-	4	502	-	502
Ativo não circulante		216.242	82.255	298.497	235.412	66.573	301.985
Tributos compensáveis		369	-	369	9.677	-	9.677
Depósitos judiciais		2.192	-	2.192	369	1	369
Concessão do serviço público (ativo contratual)	18.1	-	295.858	295.858	-	291.928	291.928
Imobilizado	18.1	190.288	(190.210)	78	195.915	(195.904)	11
Intangível	18.1	23.393	(23.393)	-	29.451	(29.451)	-
Total do ativo		237.376	108.248	345.624	247.705	91.032	338.737
Passivo							
Passivo circulante		19.931	-	19.931	26.789	-	26.789
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		1.710	-	1.710	8.456	-	8.456
Obrigações sociais e trabalhistas		76	-	76	68	-	68
Tributos		569	-	569	542	-	542
Dividendos declarados		17.380	-	17.380	17.146	-	17.146
Encargos setoriais		46	-	46	32	-	32
Outros passivos circulantes		150	-	150	545	-	545
Passivo não circulante		14.053	21.302	35.355	18.973	20.939	39.912
Tributos	18.3	-	11.748	11.748	-	-	-
Encargos setoriais		134	-	134	427	-	427
Tributos diferidos	18.3	-	9.554	9.554	-	9.390	9.390
Provisão para litígios		13.754	-	13.754	18.414	-	18.414
Outros passivos não circulantes		165	-	165	132	-	132
Total do passivo		33.984	21.302	55.286	45.762	20.939	66.701
Patrimônio líquido							
Capital social		107.036	-	107.036	107.036	-	107.036
Reservas de Capital		109.456	-	109.456	109.456	-	109.456
Reservas de lucros		73.846	-	73.846	51.205	-	51.205
Prejuízos Acumulados	18.5	(86.946)	86.946	-	(70.093)	70.093	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	4.339	-	4.339
Total do patrimônio líquido		203.392	86.946	290.338	201.943	70.093	272.036
Total do passivo e do patrimônio líquido		237.376	108.248	345.624	247.705	91.032	338.737

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado

	Notas	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		28.866	5.456	34.322	26.184	5.708	31.892
Disponibilização do sistema de transmissão	18.1	28.866	5.456	34.322	26.184	5.708	31.892
Tributos		(1.054)	(199)	(1.253)	(956)	(208)	(1.164)
PIS	18.2	(188)	(35)	(223)	(170)	(37)	(207)
Cofins	18.2	(866)	(164)	(1.030)	(786)	(171)	(957)
Encargos - Parcela "A"		(384)	-	(384)	(350)	-	(350)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(278)	-	(278)	(249)	-	(249)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(106)	-	(106)	(101)	-	(101)
Receita líquida		27.428	5.257	32.685	24.878	5.500	30.378
Resultado antes dos custos gerenciáveis		27.428	5.257	32.685	24.878	5.500	30.378
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(11.230)	11.760	530	(12.409)	8.304	(4.105)
Pessoal e administradores		(1.014)	-	(1.014)	(1.577)	-	(1.577)
Provisões líquida - PCLD	18.3	(3)	8	5	(5)	-	(5)
Material	18.1	(25)	(506)	(531)	(203)	46	(157)
Serviços de terceiros	18.1	(3.511)	14	(3.497)	(3.866)	-	(3.866)
Arrendamento e aluguéis	18.1	(2)	2	-	(25)	-	(25)
Tributo		(23)	-	(23)	(53)	-	(53)
Provisões líquidas – contingências	18.1	(36)	(796)	(832)	(21)	1.012	991
Depreciação e amortização	18.4	(6.200)	6.200	-	(6.320)	6.320	-
Outros gastos operacionais	18.1	(414)	6.836	6.422	(339)	926	587
Resultado da Atividade		16.200	17.015	33.215	12.469	13.804	26.273
Resultado Financeiro		(1.868)	-	(1.868)	(2.189)	-	(2.189)
Receitas financeiras		731	-	731	548	-	548
Despesas financeiras		(2.583)	-	(2.583)	(2.730)	-	(2.730)
Outros resultados financeiros, líquidos		(16)	-	(16)	(7)	-	(7)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		14.332	17.015	31.347	10.280	13.804	24.084
Despesa com impostos sobre os lucros	18.2	(1.114)	(162)	(1.276)	(969)	(169)	(1.138)
Lucro líquido do exercício		13.218	16.853	30.071	9.311	13.635	22.946
Lucro por ação							
Lucro (prejuízo) básico e diluído do exercício atribuível a acionistas controladores							
detentores de ações ordinárias		0,06		0,13	0,04		0,10

18.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita

Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

18.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos referem-se aos efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos entre a contabilidade regulatória e societária, principalmente pela eliminação na contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC47.(vide nota 18.1)

18.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Ajustes decorrentes da eliminação dos efeitos do pronunciamento técnico CPC 48, referente ao reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre saldos a vencer de clientes na contabilidade societária.

18.4. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

18.5. Lucros (Prejuízos) acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Potiguar Sul Transmissão de Energia Elétrica S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.6. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
Saldos PL conforme contabilidade societária	290.338	272.036
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(86.946)	(70.093)
Adoção Inicial IFRS 09	24	32
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(90.324)	(79.515)
Realização da reserva de reavaliação regulatória compulsória - depreciação	(6.200)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	9.554	9.390
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	203392	201943

18.7. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
Lucro líquido societário do exercício	30.071	22.946
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(16.855)	(13.635)
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(10.809)	(13.804)
Efeitos aplicação CPC 48 (IFRS 9)	(8)	-
Diferenças de imobilizado	(6.200)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	162	169
Lucro líquido (prejuízo) do exercício regulatório	13.216	9.311